



EMENDA SUBSTITUTIVA Nº , DE 2025
(Da Sra. SILVIA WAIÃPI)

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Art. 1º O projeto de lei em epígrafe passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 18-A:

Art. 18-A. Para os fins desta Lei, considera-se que a expansão da oferta de cursos na educação profissional e tecnológica e na educação superior está alinhada às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo quando estiver fundamentada em diagnósticos formais de demanda por qualificação profissional, elaborados com base em estudos nacionais, regionais, estaduais e municipais.

§ 1º Os diagnósticos mencionados no caput deverão considerar, entre outros elementos:

I – projeções e análises produzidas por instituições públicas, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, o Ministério do Trabalho e Emprego, e outros órgãos e entidades congêneres;

II – dados e estudos produzidos por órgãos estaduais e municipais com atribuições na área de desenvolvimento econômico, trabalho e educação;

III – consultas e escutas sistemáticas a representantes do setor produtivo, incluindo federações, associações empresariais e trabalhistas e conselhos de desenvolvimento econômico e social.

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Apresentação: 19/05/2025 15:31:19.233 - PL261424
EMC 1774/2025 PL261424 => PL2614/2024
EMC n.1774/2025

§ 2º O Ministério da Educação promoverá articulação permanente com os órgãos e entidades referidos neste artigo para garantir que os planos de expansão da oferta educacional sejam compatíveis com os cenários e tendências de qualificação requeridas pelo desenvolvimento socioeconômico do País.

§ 3º As informações e diagnósticos utilizados como base para o planejamento da oferta deverão ser sistematizados e disponibilizados publicamente, assegurando a transparência dos critérios adotados.

Art. 2º O Objetivo 11 e as Metas 11.a, 11.b, 11.c, e 11.d do Anexo ao projeto de lei em epígrafe passam a vigorar com a seguinte redação:

“Objetivo 11: Ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica, com redução de desigualdades e inclusão, garantida que toda a expansão da oferta esteja alinhada às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo, visando a produtividade e a empregabilidade.

Meta 11.a: Expandir as matrículas da educação profissional técnica de nível médio de modo a atingir 50% (cinquenta por cento) dos estudantes matriculados no ensino médio, a fim de assegurar a qualidade da oferta e a permanência do estudante, de forma que todo o incremento de matrículas e de concluintes seja proveniente de cursos alinhados às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo.

Meta 11.b: Expandir em 50% (cinquenta por cento) as matrículas nos cursos subsequentes, de forma que todo o incremento de matrículas e de concluintes seja proveniente de cursos alinhados às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo.

Meta 11.c: Expandir para, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) as matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional, de forma que todo o incremento de matrículas e de concluintes seja proveniente de cursos



* C D 2 5 3 2 2 8 5 0 4 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiápi

Apresentação: 19/05/2025 15:31:19.233 - PL261424
EMC 1774/2025 PL261424 => PL2614/2024
EMC n.1774/2025

alinhados às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo.

Meta 11.d: Expandir para três milhões o número de matrículas em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de cento e sessenta horas, em instituições credenciadas pelos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais de ensino, de forma que todo o incremento de matrículas e de concluintes seja proveniente de cursos alinhados às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo.”

Art. 3º O Objetivo 13 e as Metas 13.a, 13.b e 13.c do Anexo ao projeto de lei em epígrafe passam a vigorar com a seguinte redação:

“Objetivo 13:

Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com redução de desigualdades e inclusão, garantida que toda a expansão da oferta esteja alinhada às necessidades do mercado de trabalho e do setor produtivo.

Meta 13.a:

Elevar o percentual da população de dezoito a vinte e quatro anos com acesso à graduação para 40% (quarenta por cento), de modo a reduzir as desigualdades entre os diversos grupos sociais, de forma que todo o incremento de matrículas e de concluintes seja proveniente de cursos alinhados às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo.

Meta 13.b:

Elevar o percentual da população de vinte e cinco a trinta e quatro anos com educação superior completa para 40% (quarenta por cento), de modo a reduzir as desigualdades entre os diversos grupos sociais, de forma que todo o incremento de matrículas e de concluintes seja

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253228504700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiápi



* C D 2 2 5 3 2 2 8 5 0 4 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Apresentação: 19/05/2025 15:31:19.233 - PL261424
EMC 1774/2025 PL261424 => PL2614/2024
EMC n.1774/2025

proveniente de cursos alinhados às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo.

Meta 13.c:

Elevar, gradualmente, o número de concluintes das instituições de educação superior para atingir um milhão seiscentas e cinquenta mil titulações anuais ao final de vigência deste PNE, de forma que todo o incremento de matrículas e de concluintes seja proveniente de cursos alinhados às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda introduz, de forma inovadora, o princípio de que a expansão da oferta de cursos na educação profissional, tecnológica e superior deve ocorrer de maneira articulada às necessidades efetivas do mercado de trabalho e do setor produtivo. Essa diretriz busca assegurar que o crescimento de matrículas e de concluintes nas diferentes modalidades educacionais seja orientado por diagnósticos concretos de demanda por qualificação, elaborados com base em evidências e análises técnicas. Nesse sentido, o novo art. 18-A estabelece critérios objetivos, prevendo a utilização de estudos conduzidos por instituições públicas, como o IPEA, o MDIC e o Ministério do Trabalho e Emprego, em articulação com órgãos estaduais e municipais, e com consulta sistemática a representantes do setor produtivo.

Ao incorporar esse referencial técnico à formulação das metas de expansão, a emenda qualifica a execução do Plano Nacional de Educação, promovendo maior racionalidade no uso dos recursos públicos e mais eficácia na articulação entre educação e desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de garantir que a ampliação da oferta educacional produza resultados efetivos em termos de empregabilidade, mobilidade social e fortalecimento da base produtiva nacional, respeitando, ao mesmo tempo, as especificidades territoriais e os diferentes perfis de estudantes.

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253228504700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi



* C D 2 5 3 2 8 5 0 4 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Apresentação: 19/05/2025 15:31:19.233 - PL261424
EMC 1774/2025 PL261424 => PL2614/2024
EMC n.1774/2025

A presente emenda tem como propósito qualificar o debate sobre o financiamento da educação no Brasil, ao associar o aumento do investimento público a um compromisso explícito com a melhoria da qualidade da educação básica e com a efetividade do gasto. A fixação da meta de até 10% do Produto Interno Bruto para a educação deve ser acompanhada de critérios que assegurem sua racionalidade, eficiência e foco no direito à aprendizagem. Para isso, a emenda introduz um mecanismo inovador de Ciclos Quadrienais de Avaliação da Qualidade do Gasto Público em Educação, articulado ao ciclo do Plano Plurianual – PPA, de forma a garantir que o incremento de recursos seja orientado por diagnósticos técnicos, metas claras e acompanhamento público periódico.

Essa vinculação ao PPA fortalece a governança do sistema educacional e permite a revisão contínua das metas de financiamento em sintonia com os instrumentos de planejamento plurianual da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A participação conjunta do Poder Executivo, do Poder Legislativo, dos órgãos de controle e da sociedade civil nos ciclos avaliativos assegura transparência, corresponsabilidade federativa e maior legitimidade na definição das prioridades de investimento. Com isso, promove-se uma política de financiamento sólida, transparente e vinculada a resultados educacionais concretos, condição indispensável para garantir o direito à educação com qualidade para todos.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2025.

Deputada SILVIA WAIÃPI

PL/AP

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253228504700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi



* C D 2 2 5 3 2 2 8 5 0 4 7 0 0 *